



MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS
ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2025/2028

LEI MUNICIPAL Nº 1.828/2025

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI) e institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Município de Senhora dos Remédios- MG e dá outras providências.

O Povo do Município de Senhora dos Remédios, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, Gilberto do Nascimento, Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA CRIAÇÃO E FINALIDADE DO CONSELHO

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Senhora dos Remédios, órgão colegiado de caráter permanente, paritário, consultivo, deliberativo e controlador da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. O CMDPI tem como finalidade zelar pelo cumprimento dos direitos da pessoa idosa, bem como participar da formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação da Política Municipal da Pessoa Idosa, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e na Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (Política Nacional do Idoso).

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

- I - Formular, supervisionar e avaliar a Política Municipal da Pessoa Idosa, em articulação com as demais políticas públicas setoriais;
- II - Zelar pela efetivação do sistema de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, promovendo a articulação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil;
- III - Propor e acompanhar a elaboração de propostas orçamentárias para o financiamento de planos, programas e projetos voltados à pessoa idosa;
- IV - Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, definindo os critérios para a aplicação dos recursos;
- V - Inscrever e fiscalizar as entidades, governamentais e não governamentais, de atendimento à pessoa idosa, nos termos do art. 52 do Estatuto do Idoso;
- VI - Receber, analisar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violações os direitos da pessoa idosa, exigindo as devidas providências;
- VII - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;



MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2025/2028

VIII - Manter intercâmbio com outros conselhos de direitos, em âmbito municipal, estadual e nacional.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 4º. O CMDPI será composto de forma paritária por 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo:

I - 03 (três) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, integrantes das seguintes áreas:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Saúde e;
- c) Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura, Turismo e Lazer.

II - 03 (três) representantes de entidades não governamentais, com atividades regulares dentro do território deste município, sendo:

- a) 01 (um) representante indicado pela Sociedade São Vicente de Paulo;
- b) 01 (um) representante indicado pela Associação Centro Esportivo e Recreativo de Convivência da 3ª Idade ("Grupo Agita Aí");
- c) 01 (um) representante de outras entidades de atendimento aos idosos ou seus usuários em regular funcionamento ou representantes de pessoas idosas residentes no Município de Senhora dos Remédios.

§ 1º. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º. A função de membro do CMDPI é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 3º. Cada membro titular do CMDPI terá o seu respectivo suplente que também será indicado pelo órgão público ou pela entidade da sociedade civil à qual pertença.

Art. 5º. O CMDPI será dirigido por uma Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos entre seus membros titulares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal garantirá o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário ao pleno funcionamento do Conselho, incluindo a cessão de espaço físico adequado, equipamentos e pessoal.

Parágrafo único. Fica assegurado o ressarcimento das despesas com passagem, alimentação, estadia e transporte aos conselheiros representantes das entidades não-governamentais e sociedade civil, titulares ou suplentes, quando em representação oficial do órgão colegiado, em reuniões plenárias ou de comissões.


Gilberto Nascimento
PREFEITO MUNICIPAL
MAT: 110621
Senhora dos Remédios - MG



MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2025/2028

CAPÍTULO IV - DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 7º. Fica instituída a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instância máxima de deliberação da política municipal do idoso, com a participação de representantes do governo municipal, entidade não governamentais e demais membros da sociedade civil.

Art. 8º. A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, e, extraordinariamente, por convocação do CMDPI ou do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º. A Conferência terá como principais objetivos:

- I - Avaliar a situação dos direitos da pessoa idosa no Município;
- II - Propor diretrizes para o aperfeiçoamento da Política Municipal da Pessoa Idosa;
- III - Debater e propor soluções para os desafios relacionados ao envelhecimento da população;
- IV - Promover a articulação entre os diversos setores da sociedade para a garantia dos direitos da pessoa idosa;
- V - Eleger os delegados para as conferências estadual e nacional, quando for o caso.

Art. 10. A organização e a convocação da Conferência Municipal são de competência do CMDPI, que definirá o tema central, a metodologia e o regimento interno de cada edição.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social disponibilizará todos os recursos necessários para a realização da Conferência Municipal.

CAPÍTULO V - DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 11. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI), instrumento de captação e aplicação de recursos, destinado a financiar as políticas, ações e programas relacionados à Política Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 12. Constituem receitas do FMDPI:

- I - Dotações orçamentárias do Município;
- II - Doações, auxílios e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- III - Recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com órgãos federais, estaduais e municipais;
- IV - Os valores das multas aplicadas com base no Estatuto do Idoso;
- V - Outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º. Os recursos do FMDPI serão depositados em conta bancária específica, aberta exclusivamente para este fim, cabendo sua gestão ao CMDPI e cuja execução deverá observar a destinação definida em Plano de Ação previamente aprovado pelo Conselho.

§ 2º. O FMDPI terá vigência ilimitada.



MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2025/2028

Art. 13. O FMDPI ficará subordinado, operacionalmente, à Secretaria Municipal de Assistência Social, a quem caberá:

- I - coordenar a execução dos recursos de acordo com o Plano de Ação aprovado pelo CMDPI;
- II - apresentar, semestralmente, ou sempre que solicitado pelo CMDPI, demonstrativos da movimentação financeira do fundo;
- III - emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento das despesas do fundo;
- IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do fundo.

Parágrafo único. A execução financeira do FMDPI observará as normas regulares da Contabilidade Pública, bem como a legislação específica a licitações, contratos, parcerias e estará sujeita ao efetivo controle dos órgãos próprios de controle interno do Poder Executivo, sendo que a receita e aplicação dos respectivos recursos serão, periodicamente, objeto de informação e prestação de contas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação, especialmente no que tange ao processo de escolha dos representantes da sociedade civil.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, as Leis Municipais nº 1.739/2023 e nº 1.765/2023.

Senhora dos Remédios, 17 de dezembro de 2025.

Gilberto Nascimento
PREFEITO MUNICIPAL
MAT: 110621
Senhora dos Remédios - MG
GILBERTO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal